

# A DENÚNCIA DE CESÁIRE AO PENSAMENTO DECOLONIAL

## CESÁIRE'S DENOUNCEMENT THE DECOLONIAL THINKING

Antonio Gomes da Costa Neto (CEPPAC/UnB) – antonio.sedf@gmail.com

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo abordar o papel das Ciências Sociais e a opção decolonial na América Latina, ressaltando a necessidade de construções de novos paradigmas de conhecimento. Utiliza-se a obra de Aimé Césaire, *Discurso sobre el colonialismo*, como uma das mais robustas manifestações sobre o tema, para discutir a importância da decolonialidade como pensamento capaz de questionar e discutir a Modernidade pelas categorias de transmodernidade, geopolítica do conhecimento, colonialidade do poder e diferença colonial. Apresenta-se, portanto, o pensamento decolonial como crítica à modernidade surgida por pensadores latino-americanos.

**Palavras-chave:** colonialismo, modernidade, decolonialidade.

**Abstract:** Analyst of the role played by Social Sciences and the decolonial option in Latin America, this paper emphasizes the need of building new knowledge paradigms. It is based on the work by Aimé Césaire *Discourse on Colonialism* as one of the strongest manifestations about colonialism. It discussed the importance of decoloniality as a thought capable of challenging and debating the modernity through the categories of transmodernity, geopolitics of knowledge, coloniality of power and colonial difference. It presents decolonial thinking as a criticism to the modernity suggested by Latin American thinkers.

**Keywords:** coloniality, modernity, decoloniality.



## INTRODUÇÃO

A questão a ser desenvolvida no presente artigo tem relação com o papel das Ciências Sociais e a opção decolonial na América Latina. Assim, busca-se ressaltar a necessidade de construções de novos paradigmas de conhecimento através das manifestações de pensadores como Aimé Césaire, apresentando-a como uma das mais robustas manifestações sobre o colonialismo.

Esta análise circunscreve-se sobre a obra *Discurso sobre el colonialismo*, de Aimé Césaire. Compreendida como uma denúncia ao afirmar que a Europa é “*moral y espiritualmente indefendible*”, essa importante obra discorre sobre o processo de

escravidão, o qual a Europa se reconhece como sua própria julgadora, porém acentua que as vítimas colonizadas sabem que se trata de uma inverdade, pois representa dessa maneira uma compreensão alternativa por meio do pensamento decolonial.

Utilizar-se-á para o debate a definição de Césaire sobre *Négritude*, sendo esta “la conscience d’être noir, simple reconnaissance d’un fait qui implique acceptance, prise en charge de son destin de noir, de son histoire, de sa culture; elle est affirmation d’une identité, d’une solidarité, d’une fidélité à un ensemble de valeurs noires” (VIANNA NETO, 2006, apud LEINER, Jacqueline, 1981).

Césaire demonstra a existência de uma mentira justificadora da colonização e da civilização, por não se tratar de um processo de evangelização, nem de

cunho empresarial filantrópico, nem pela cura ou extensões de direitos. Trata-se de um processo colonizador em escala mundial, culminando-se com a exploração da América Latina.

A colonização na América teve como premissa o cristianismo, utilizado como ferramenta e argumento para a civilização, pregando a existência de um paganismo de forma igualitária ao selvagerismo, transformando em vítimas os “*índios, los amarillos, los negros*”, cujas consequências colonialistas e racistas pela colonização e seus efeitos foram devastadores em toda a América Latina.

Assevera Césaire que a colonização, ao ter sido construída como intuito de produzir um modelo de “civilização ocidental e cristã”, de cunho europeu, se estabeleceu alegando ser este um direito de ocupação, julgando-se lícito seu procedimento em relação ao argumento da introdução da civilização pelo processo colonizador, tendo como base sua ideia de barbárie quando negaram o reconhecimento de uma forma diversa de civilização aos povos nativos das “Américas”.

A Europa, segundo Césaire, foi responsável pela maior quantidade de cadáveres já produzidos pela humanidade, estimulando o racismo, as desigualdades, utilizando-se do fundamento do progresso como forma de incursão, para tanto, alega ter o ocidente inventado a ciência atribuindo-lhe essa designação.

Esse mesmo modo de pensar europeu fundamentou a construção das nações colonizadas, as quais basearam-se em propostas de progresso. Consideradas invenções burguesas, estas se impuseram aos demais povos do mundo o seu “mito” de alcançar uma civilização, sendo a voz de Césaire capaz de indicar esta afirmação como bem assevera Rodrigues (2009):

Seus artigos suscitavam inquietação quanto à questão do negro no mundo e revelavam, desde então, uma recusa do etnocentrismo europeu, em favor de uma literatura negra autêntica, capaz de reavivar histórias, tradições, línguas “negras” e de ser contra a visão de um mundo maniqueísta marcado pela ânsia de novas conquistas coloniais e pela ideia de uma missão civilizadora sobre os povos primitivos.

Nesse prisma, a denúncia de Césaire demonstra a capacidade da opção decolonial

como novo paradigma, situação que pode demonstrar a existência do pensamento da Europa perante o Novo Mundo e seu objetivo de impor a colonização e civilização nos moldes europeus, a decolonialidade demonstra sua vocação como crítica a partir do pensamento na América Latina.

## CIÊNCIAS SOCIAIS, A MODERNIDADE E A DECOLONIALIDADE

Quando se discute a importância da decolonialidade nas Ciências Sociais, necessariamente, há de repensar a Modernidade e seus objetivos, entre os quais está em discorrer sobre a existência de um projeto hegemônico, consequentemente, através de um pensamento que tenha condições de questioná-la.

Para problematizar a modernidade surgem categorias como a transmodernidade, idealizada por Dussel (2005) como um novo projeto de libertação mundial, sendo necessário o diálogo liberador das relações globais de poder considerada como projeto político, em que o sistema-mundo Europeu foi imperial/colonial, racializador e capitalista, produzidos e afetados pela modernidade/colonialidade a partir de universalismos (GROSFOGUEL, 2008).

De igual sorte à categoria de geopolítica do conhecimento proposta por Mignolo (2001), que se organiza entorno da diversificação, através da história das diferenças coloniais e imperiais, tendo entre suas premissas a expansão do capitalismo ocidental em todas as suas vertentes, de forma instrumental, como teorias, crítica e a construção da ideia de Estado.

Por sua vez, à colonialidade do poder de Quijano (2000) que se realiza a partir do processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno eurocentrado como “um novo padrão mundial”, ou seja, um novo poder que se baseia na ideia de modernidade, da codificação entre conquistadores e conquistados a partir da ideia de raça, portanto a diferença de uma estrutura biológica que gerava uma situação de inferioridade em relação aos Outros.

Já a categoria proposta por Mignolo (s.d.) sobre a diferença colonial (epistêmica) como os diversos projetos para o mundo, bem como a necessidade de libertação das ciências sociais sobre

do conceito de terceiro mundo em termos de geopolítica do conhecimento, demonstrando que a colonialidade é capaz de reconhecer o invisível perante o capitalismo histórico, porém, percebível apenas a partir dessa diferença.

Nesse prisma, a crítica da modernidade como assinala Wallerstein (1988) sobre o papel das ciências sociais nesse contexto por ser herdeira da sabedoria tem por fim a verdade, portanto a ciência social como uma empresa do mundo moderno na “busca de leis naturais e universais que se mantêm no tempo e no espaço” (idem, p. 5), apoiados na ideia de um mundo cristão, em que o termo progresso reforça as realizações materiais de tecnologia cumpre essa função.

Quando dos descobrimentos se estabeleceu rotas comerciais e a divisão do trabalho utilizou-se de novos recursos disponíveis na esfera mundial (epistemologia e geográfica), cujo Ocidente seria o grande dominador através de suas explorações, construindo um “mito” pela ideia do progresso para o desenvolvimento, cuja ciência representou o controle do conhecimento.

Caracterizado no período entre 1500 a 1800 a ideia de um conhecimento com suposições universalizantes como predominantes, e a partir do século XIX através da “realidade objetiva como um método” estabelecido pelo positivismo, como regras que adotadas governariam as análises do mundo social e o conceito de “física social” com a reconciliação da ordem e do progresso.

Para justificar o domínio da Europa através do progresso e sua “superioridade”, significa que no período de 1850 e 1945 houve a consolidação da ciência social pelas seguintes razões: i) troca da estrutura política do mundo, segunda guerra mundial com nova realidade geopolítica, a partir da guerra fria; ii) crescimento da população e sua capacidade produtiva; iii) expansão do sistema universitário com quantitativo e de cientistas sociais (WALLERSTEIN, idem).

Toda a história da modernidade buscou desde a colonização a premissa de um “caminho modernizante comum” a todas as nações, através um desenvolvimento no caminho do universal caracterizado pelo desenvolvimento e pelo modelo ocidental, localizando os não ocidentais e atribuindo-lhes diferentes fases de desenvolvimento desde o período colonial.

Repensar a modernidade se faz necessário pela decolonização do poder em razão da identidade dos não ocidentais, além de uma nova

abordagem pela indagação do universalismo cuja uma racionalidade crítica do novo pensamento na construção dos novos Estados, razão pela qual a modernidade deve ser repensada pelo viés da decolonialidade.

Representa a necessidade de uma crítica à modernidade pela decolonialidade, especialmente, em relação a sua origem europeia, no tocante ao entendimento de considerá-la “superior” aos conhecimentos pré-modernos do ocidente, conseqüentemente, a exclusão da existência de um pensamento, histórica e ideias dos não ocidentais.

Seth (2011) afirma que buscamos explicações naturais, posteriormente, através de formas sócio-científicas, e quando as ciências sociais introduziram no mundo conceitual suas explicações originaram categorias que podem ou não ser compreendidas.

Nesse aspecto, a construção conceitual se orientou sempre a partir de um lugar denominado Europa, pela discussão dos conhecimentos escolásticos, medievais e do renascimento haver feito uma distinção entre sujeito e objeto, conhecedor e conhecido, aplicando sua fórmula global em razão de processos sociais e econômicos originados no Ocidente.

A decolonialidade propõe discutir a existência de um conhecimento moderno e universal do pensamento ocidental das ciências sociais, eis que se trata de um guia parcial, cujas necessidades de retificações seriam no sentido do ocidente revelar a verdade quando inadequadas para aqueles que não eram ocidentais, inegavelmente, explicar e entender a história da Europa e sua forma “coercitiva do colonialismo” (SETH, ibidem, p. 51).

Percebe-se que o global a partir da modernidade não poder ser entendido como universal, pelo contrário, o conhecimento moderno é indispensável, porém, inadequados em sua totalidade para aplicação nas Ciências Sociais perante a América Latina, nesse sentido, a função e a responsabilidade da decolonialidade.

## O PENSAMENTO DECOLONIAL E A BUSCA DA CRÍTICA

Como a modernidade considera como modelo não linear, do mesmo modo surge pensamentos

que discutem os saberes hegemônicos, nesse prisma, o pensamento decolonial nasce como crítica a Modernidade através de pensadores latino-americanos através de seus pressupostos teóricos.

Quando Dussel (2000) propõe o conceito de exterioridade do sistema compreendido pela totalidade do mundo, parte da ideia de como se constrói, ontologicamente, a busca do entendimento da razão em que o racional ocupa esse espaço considerado como real.

Essa totalidade é pensada como a possibilidade de analisar a origem pelo prisma do dominador, ou seja, como categoria que pode conhecer o mundo antes do encontro do pensamento europeu, incluindo o mundo índio, o mestiço, o branco e o mundo hispânico na estrutura que pressupõe a dominação instituída na América Latina (pedagógica e política).

O encontro com o Outro quando termina a ação e começa o mistério, revela a racionalidade e a experiência, tendo entre seus marcadores a Língua como o lugar do Ser que leva ao sentido do todo em que exterioridade revela a totalidade, ou seja, a civilização (totalidade) e a barbárie (exterioridade) na América hispânica (DUSSEL, 2000).

Significa através da filosofia latino-americana pode se falar da Europa através de uma interpretação da história mundial, passível de entender a América Latina quando inclui as suas divisões temporais e geográficas, tendo como fundamento dessa compreensão a exterioridade como requisito essencial e a ideia de totalidade.

Portanto, categorias que se apresentam em relação ao dominador capazes de revelar o oprimido pela exterioridade, significa "tener la creatividad de ser realmente capaces de construir la novedad, un nuevo momento histórico desde la positiva exterioridade cultura de nuestro Pueblo" (DUSSEL, 2000, p. 69), demonstrando a busca da liberação da América Latina como virtude por critérios objetivos à luz da filosofia.

O mesmo é observado por Mignolo (2001) quando discute a distinção entre universalismo e globalização, seus pressupostos em relação ao capitalismo, geopolítica do conhecimento a partir da ideia de exterioridade, bem como da diferença colonial, além das contribuições da filosofia da libertação.

Mignolo (idem) assevera que diversos fenômenos e suas consequências podem

ser observados em razão da pobreza e marginalização e possuem relação com a forma atual de globalização, desses fenômenos destacam-se o capitalismo global, a filosofia neoliberal, a colonialidade global, para conhecer essas situações se faz necessário compreender as fronteiras entre imperialismo/colonialismo e modernidade/colonialidade.

Para interpretá-las utiliza-se da geopolítica do conhecimento e da diferença colonial, em que a geopolítica do sistema mundo "moderno" colonial se mantém presente, especialmente, pela dependência do capital financeiro e do Estado, que no passado coube a Espanha e Inglaterra, posteriormente, aos Estados Unidos.

As consequências advindas da colonialidade por suas novas formas (capital ou redes), pressupõe para haver a decolonialidade para encontrar a diferença colonial, requisito necessário para discutir as propostas do eurocentrismo, bem como dialogar com o modelo da filosofia da libertação de Dussel.

Surge o método analético proposto por Dussel (2000) que converte a oferta universal como abstrata, apresenta a descolonização planetária do pensamento, propondo em paralelo à desconstrução da metafísica ocidental, localizando geopoliticamente e epistemologicamente com os modelos filosóficos europeus universalistas através da exterioridade.

Exterioridade agora entendida como aquela como fora de uma totalidade que pretende ocupá-la, na margem oculta do que se nega, ou seja, o lugar onde surge a voz visível que a totalidade ocultou como crítica as epistemologias eurocêntricas que se apoiam no universalismo.

Nesse contexto a geopolítica do conhecimento pressupõe um lugar abstrato, reconhece a existência do universal que não incluem a contribuição da Ásia, África e América do Sul, portanto, as discussões sobre universalismo e globalização, entre o capitalismo e o surgimento da geopolítica do conhecimento, são espaços na América Latina capazes de promover a decolonialidade.

## COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA

Se o pensamento decolonial busca interpretações que se amoldam a realidade

da América Latina, além do rompimento com o pensamento hegemônico da modernidade de cunho eurocêntrico dominante, como esse processo envolve a América Latina.

Conforme Ballestrin (2013) desde a constituição do pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade formada no final dos anos 1990 por intelectuais latino-americanos, situados nas diversas universidades das Américas, e com a introdução de pensamentos como a colonialidade do Poder, do Saber e do Ser, além das contribuições iniciais da tríade francesa (Césaire, Memmi e Fanon), foram fundamentais nesse processo.

Assim, autores como Quijano, Castro-Gomez, Walter Dignolo, Edgar Lander, Arturo Escobar, Enrique Dussel e Fernando Coronil, além das contribuições de Wallerstein, Grosfoguel, Lao-Montes e diversos outros intelectuais, fundamentaram:

noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas” (BALLESTRIN, 2013, p. 99).

Suas contribuições para o pensamento latino-americano são destacados entre esses a narrativa original sobre a América Latina, importância do racismo, o reconhecimento da diferença colonial, além da colonialidade do Poder, Saber e do Ser em uma perspectiva decolonial que abriu novos horizontes de pensamento.

Entre suas contribuições para o pensamento latino-americano, destaca-se a narrativa original sobre a América Latina, a importância do racismo, o reconhecimento da diferença colonial, além da colonialidade do Poder, Saber e do Ser em uma perspectiva decolonial, que abriu novos horizontes de pensamento.

Portanto a modernidade/colonialidade e o seu problema recorrente, significa o movimento de resistência (BALLESTRIN, 2013), tanto teórico, prático, político e epistemológico à lógica de uma corrente de pensamento posterior à elaboração do pós-colonialismo.

Remonta não como rejeição a criação realizada pelo Norte global, nem associa com tudo “aquilo que seria genuinamente criado no Sul”, dessa forma acaba com rótulos, diferença de “pensamento” e “teoria” do sul, podendo

até ser considerada produção teórica marginal, porém, contém os horizontes de “utopia política e radicalismos intelectual” (BALLESTRIN, *ibidem*, p. 109).

Para melhor compreender esse pensamento perante a América Latina, necessário entender o conceito de Maldonado-Torres (2007) sobre a Colonialidade do Ser, como aquele local específico na produção do conhecimento e da reprodução desses regimes de pensamento colonial.

Nesse sentido quando a decolonialidade responde a necessidade de conhecer a perguntas sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida, não somente no que está na mente dos sujeitos subalternos, percebe o colonialismo como uma relação política e econômica na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação para se constituir a nação dominadora em Império.

Significa um padrão de poder que emerge do resultado do colonialismo moderno, está limitada a relação formal de poder entre os povos e nações pelo do mercado capitalista mundial, e pela ideia de raça (QUIJANO), seu horizonte é demonstrado nos limites das ciências europeias.

Seu projeto e modelo de poder se baseia na identidade moderna instaurada pelo capitalismo mundial, utilizando-se do sistema de dominação, estruturado pela “raça” no qual sem a modernidade como discurso como prática não seria possível a colonialidade, constituindo-se uma dimensão de discursos modernos.

Criadas no contexto do colonialismo da Europa nas américas com o europeu branco, o índio, o negro e o mestiço, agora identificados e justificando seus marcadores de grau de diferenciação (superior e inferior), dentre as identidades dos indivíduos perante a humanidade.

A diferença colonial e imperial através da heterogeneidade, formas múltiplas de subalternização (raça), no qual a desumanização é a referência, dessa maneira categorias preferências de ideias biologistas cujo resultado foi o racismo moderno a partir do sujeito racializado.

A colonialidade aparece nesse horizonte em razão da exploração dos limites das ciências, como linha de cor (raça), pela atitude imperial que identifica os sujeitos coloniais e racializados como dispensáveis (negros, índios e mestiços), pela guerra, na conquista e genocídio, classificando os sujeitos como sem razão ou inferiores.

O colonialismo tem relação com a constituição biológica e ontológica de sujeitos e povos, e não somente em suas crenças, sua solidificação se operou com relação aos negros pela escravidão e constituição do racismo, com o genocídio em relação aos índios e a imposição de um conceito universal.

Emerge do lado colonial o primitivo pela colonialidade do conhecimento, pela negação ontológica, ou seja, o controle colonial/racial pela ausência de uma racionalidade vinculada à modernidade, portanto o negro não é Ser, o colonizado não é Ser.

A invisibilidade e a desumanização como expressões primárias da colonialidade aparecem em projetos históricos de civilização, legitimadas pela ideia de raça e sua linha de cor que produz a diferença ontológica colonial, representada pelo nascimento colonial, na ordem da linguagem, na experiência vivida dos sujeitos, da ruptura racial entre a ordem e o discurso pelo moderno/colonial pelo viés racial dentro da América Latina.

## DECOLONIALIDADE E A DESOBEDIÊNCIA

Na América Latina torna necessário decolonizar as ciências sociais, refletir um novo pensamento desde a sua fronteira, propor campos de abertura e entendimento, o que não significa a exclusão total dos modelos modernos/coloniais, essa é a proposta da desobediência epistêmica.

Quando Mignolo (2008) apresenta a desobediência epistêmica relacionada à identidade e a negação do agenciamento epistêmicos das pessoas, nas denominadas experiências subjetividades a partir da diferença representa uma nova forma de pensar.

Diferença compreendida entre a política de identidade (aspectos essenciais dos indivíduos) e identidade política (identidades sociais, conceitos universais abstratos), em que se discute a decolonialidade em razão das suas políticas e discursos imperiais (línguas, construção racial e patriarcal).

Verifica a proposição de uma desvinculação dos conceitos "ocidentais e da acumulação de conhecimento", portanto, não abandonar o existente, mas substituir a (geo)-política do Estado da história imperial do Ocidente (línguas, religiões,

conceitos políticos, econômicos, racialização, etc), no sentido de aprender a desaprender a razão imperial/colonial.

Razões do pensamento imperial-colonial-ocidental que impingiu uma "identidade superior" e seus constructos (raciais, nacionais, religiosos, sexuais e de gênero), em que a exterioridade é capaz de construir "a partir do interior para limpar e manter seu espaço imperial" (MIGNOLO, p. 5).

Nesse tocante o pensamento decolonial propõe romper com os pensamentos gravados nas mentes e corpos por gerações da América Latina, porém, marginalizados sócio-políticos e sujeitos na busca romper com a genealogia do pensamento fundado apenas no grego, no latim, conseqüentemente, incluir o pensamento dos povos originários (índios) e de diáspora forçada (negros).

Os discursos que se incorporaram ao pensamento da América do Sul como desenvolvimento, diferença, nação, interculturalidade e descolonialidade são instrumentos capazes de identificar a matriz racial do poder, seus mecanismos e como as línguas e as religiões ou através de processos de racialização.

Na retórica da modernidade a missão (cristã) civilizadora, de salvação, representou a perpetuação da colonialidade, do uso massivo da terra, da exploração do trabalho, inclusive, em tempos atuais, pós Guerra fria, pensadores latino-americanos puderam identificá-la.

Nesse passo, o modelo mundo moderno/colonial que fez parte da transformação da história europeia como universal, significa que apenas o conceito grego foi assimilado aos fundamentos do capitalismo e da modernidade ocidental, que para a América Latina cuja em cerca 300 anos de regras coloniais diretas, 200 anos de colonialismo interno se faz a contraposição ao modelo modernidade/colonialidade exercido pelo eurocentrismo.

Eurocentrismo definido como "local geográfico, mas à hegemonia de uma forma de pensar fundamentada no grego e latim e nas seis línguas europeias e imperiais da modernidade, ou seja, modernidade/colonialidade" (MIGNOLO, 2008, p. 301), cuja desobediência epistêmica tem essa função.

E para se desconectar dessa situação, pensar a exterioridade e sua posição epistêmica subalterna,

coube à opção decolonial discutir o modo binário das dicotomias com não ontológicas que são capturados na epistemologia da modernidade, ou que adotam posições neoliberais (brancos e ricos).

Na América Latina em que a política de identidade não se compromete em nível de Estado, necessário a existência da proposta de identidade em Política quando nos remete a discussão sobre a decolonização, tendo como proposta desvelar a lógica da colonialidade e desconectar dos efeitos totalitários das subjetividades.

O reconhecimento dos direitos epistêmicos dos indígenas e afrodescendentes como forma de contrapor a coloniedade, o modelo de “diálogo do futuro entre a cosmologia não ocidente e ocidental” se busca uma modificação na administração da gestão política, pois o privilégio branco e fundamentado na história cabe a desobediência quando articula a desvinculação dos conceitos hegemônicos.

## A DENÚNCIA DE CÉSÁIRE

Cabe-nos reconhecer a dimensão da denúncia de Césaire e imperioso refletir sobre as críticas do modelo hegemônico eurocêntrico das ciências sociais, bem como de que forma pode utilizar de ferramentas filosóficas como a decolonialidade para esse desiderato.

A noção do moderno e tradicional, categorias como transmodernidade e o projeto libertador de Dussel revela as diversas formas da colonialidade (Poder, Saber e Ser), cuja modernidade é o fenômeno identificável pela geopolítica do conhecimento, portanto, ferramentas teóricas capazes de relacionar as razões desse processo.

Césaire afirma que a “Europa es idefendible” em razão de dois principais problemas que ela originou, “el problema del proletariado y el problema colonial” (CESÁIRE, [1955]), demonstra a vocação do pensamento decolonial para responder a esse questionamento através da crítica filosófica.

Nesse sentido se “la colonización y de la civilización, vayamo al fondo de la mentira principal a partir de la cual proliferam todas las demás” (CESÁIRE [1955], p. 14), demonstra a existência de uma colonialidade do Poder, do Saber e do Ser como ato praticado pelo colonizador foi de forma consciente, intencional,

voluntária e com o fito de expropriar o Novo Mundo (WOLF, 1982).

Acentua Césaire que a própria Europa somente reconhece que existiu um crime contra “el hombre, no es la humillación del hombre em sí”, mas quando aplicado na própria “Europa procedimientos colonialistas que hasta ahora sólo concernían a los árabes de Argelia, a los ‘coolies’ de la India y a los negros de África” (CESÁIRE, [1955], p. 15), em que o pensamento pela decolonialidade é capaz de revelar.

Césaire apresenta a colonização fundada no “desprecio del hombre nativo [...] al habituarse a ver em el outro a la bestia” (CESÁIRE, [1955], p. 19), local da fronteira da decolonialidade pode desvendá-la e sua fórmula é aplicável para a compreensão desse imaginário.

A geopolítica do conhecimento, quando apresentada pelas diferenças coloniais lastreada no capitalismo ocidental é capaz de demonstrar o ocorrido na América como um

desarrollo agrícola orientado em función del único beneficio de las metrópoles, de saqueos de productos, de saqueos de materias primas (CESÁIRE, [1955], p. 20).

Portanto, a denúncia de Césaire é atual e apresenta a modernidade/colonialismo, significa a capacidade da decolonialidade como pensamento filosófico responsável para superar esse processo inclusive na formação das nações, essas entendidas por Césaire como um fenômeno de criação burguês.

O pressuposto da expansão colonial e o seu domínio econômico e político, através de produção de imposição de concepções do pensamento colonizador, a Modernidade é o significado de uma suposta “superioridade” europeia em relação aos demais povos.

É possível através da decolonialidade romper com essas convicções de caráter eurocêntrico e centralizado, tanto pela ideia da universalidade do pensamento europeu, cuja constituição histórica tem pouco ou quase nada com a narrativa dos povos ocidentais.

Devido ao seu caráter universal o pensamento colonial deve ser desvendado, interpretado e compreendido à luz de uma teoria capaz de demonstrar o pensamento latino-americano em suas vertentes, não ignorando os espaços da América Latina.

Os horrores do colonialismo muito bem representado pelo racismo, o genocídio indígena, a escravidão africana, e quando se utiliza do pensamento crítico da decolonialidade como um método capaz de revelar essa fronteira, o que Cesárie apresenta como sua denúncia inicial do colonialismo.

Aplicar a visão crítica não é romper ou negar o fenômeno da Modernidade, porém, através de fundamentos como a colonialidade e o reconhecimento da dimensão de novas interpretações, utilizando-se de conceitos a partir do pensamento de origem latino-americana se constitui em ferramenta essencial.

Se Dussel, Mignolo, Quijano, Maldonado-Torres dentre outros na proposição da decolonialidade, e Cesárie quando traz em sua denúncia sobre a colonização, agora novos instrumentos estão colocados a disposição das ciências sociais para uma nova abordagem.

A decolonialidade permite a leitura crítica, consegue identificar as hierarquias e proposições do projeto da modernidade, a diferença colonial comprova a exclusão, necessariamente, há de se reconhecer a existência do Mito da Modernidade (DUSSEL, 1992) pela colonização.

## CONCLUSÕES

O artigo aborda a função das Ciências Sociais e a opção decolonial na América Latina quando da leitura de Aimé Césaire, recepcionando essa obra como uma denúncia sobre o colonialismo, bem como a necessidade da construção de novos paradigmas de pensamento.

Na obra *Discurso sobre el colonialismo* quando considera Europa ser "*moral y espiritualmente indefendible*", razão pela qual as vítimas colonizadas, conhecem a verdade sobre as justificativas da colonização.

Entre as premissas do modelo de colonização ocidental de cunho cristão, tiveram consequências e efeitos devastadores na América Latina, eis que seu objetivo foi impor a modernidade/colonialidade de longa duração.

A importância de teorizações como a decolonialidade discute a Modernidade e seu projeto hegemônico, surgem categorias como transmodernidade, geopolítica do conhecimento, colonialidade do poder, saber, ser e diferença colonial como instrumentos capazes de propor

a crítica ao pensamento predominante.

Se a modernidade/colonialidade buscou ser premissa das nações, a crítica decolonial revela essa complexidade, propõe um conhecimento aplicável a América Latina a partir da sua própria identidade.

O pensamento decolonial descobre as razões do pensamento hegemônico, bem como possibilita analisar a origem do dominador, representando a busca de um modelo capaz de explicar o mundo antes do pensamento europeu.

Distinguir o universalismo e a globalização tendo como pressuposto a exterioridade pela diferença colonial, das fronteiras epistêmicas, resulta na compreensão e necessidade da desconstrução de uma origem ocidental.

As narrativas sobre a América Latina, a existência do racismo, o reconhecimento da diferença colonial, bem como da colonialidade do Poder, do Saber e do Ser, utilizando de uma perspectiva decolonial julgamos ser capaz de desvendar as origens do pensamento ocidental.

Tem-se a desobediência epistêmica relacionada à identidade, quando da negação do agenciamento a partir da diferença (políticas de identidade), viabilizando-se como proposta de desvinculação de conceitos ocidentais, contudo, sem abandonar os já existentes.

Significa a necessidade de reconhecer os direitos epistêmicos dos indígenas, dos afrodescendentes, desvendando o privilégio branco e fundamentado na história, cujo modelo hegemônico eurocêntrico das ciências sociais demonstra que a modernidade é um fenômeno identificável.

Nesse prisma a decolonialidade como ferramenta capaz de problematizar as suas causas, apresenta o colonialismo e seu nefasto processo e propõe um pensamento filosófico capaz de levar a conhecer o domínio colonial, econômico e político, rompendo com as convicções de caráter eurocêntrico e centralizado e da ideia da universalidade na América Latina.



## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. 2013, n.11, pp. 89-117

CÉSÁIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Akal. 2007. 43p.

Dussel, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70.

DUSSEL, Enrique. **Introducción a una filosofía de la liberación latinoamericana**. 2000.

Dussel, Enrique. **1492. El encubrimiento del otro**. Hacia el origen del mito de La modernidad. Madrid: Nueva Utopía. 1992.

MIGNOLO, Walter (ed.). **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**. El eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate internacional contemporáneo. Buenos Aires: Ediciones del Signo. 2001.

\_\_\_\_\_. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** / compiladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

GROSFOGUEL, Ramón. Hacia um pluriversalismo transmoderno decolonial. **Tabula Rasa**, n.9, julho-dezembro, 2008

RODRIGUES, Kátia Frazão Costa. **A escrita de uma subjetividade “sem sujeito” em Aimé**

**Césaire e Edouard Glissant**. (Tese) Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, 2009.

SETH, Sanjay. **Crítica da razão impura**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.14: 31-54, enero-junio 2011.

---

Recebido em: 11/05/2016

Aceito em: 09/11/2016